



HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

VOLUME I



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Adolpho José Melfi
Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Plínio Martins Filho

Presidente COMISSÃO EDITORIAL
José Mindlin
Vice-presidente Oswaldo Paulo Forattini
Brasílio João Sallum Júnior
Carlos Alberto Barbosa Dantas
Guilherme Leite da Silva Dias
Franco Maria Lajolo
Laura de Mello e Souza
Plínio Martins Filho

Diretora Editorial Silvana Biral
Diretora Comercial Ivete Silva
Diretor Administrativo Silvio Porfirio Corado
Editores-assistentes Marilena Vizentín
Jadyr Pavão
Marcos Bernardini

AMÉRICA LATINA COLONIAL

Leslie Bethell - organizador

Tradução
Maria Clara Cescato



Copyright © 1984 by Cambridge University Press

Título do original em inglês:

The Cambridge History of Latin America

1^a edição 1997

2^a edição 1998

2^a edição, 1^a reimpressão 2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da América Latina: América Latina Colonial, volume 1 / organização Leslie Bethell; tradução Maria Clara Cescato. – 2. ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

Título Original: *The Cambridge History of Latin America*.

Bibliografia.

ISBN 85-314-0412-6

1. América Latina – História 2. América Latina – Período Colonial I.
Bethell, Leslie.

97-3864

CDD-980

Índices para catálogo sistemático:

I. América Latina: História 980

Direitos em língua portuguesa reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo

Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374

6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária

05508-900 – São Paulo – SP – Brasil

Divisão Comercial: tel. (0xx11) 3091-4008 / 3091-4150

SAC (0xx11) 3091-2911 – Fax (0xx11) 3091-4151

www.usp.br/edusp – e-mail: edusp@edu.usp.br

Printed in Brazil 2004

Foi feito o depósito legal

AS SOCIEDADES ANDINAS ANTERIORES A 1532*

QUANDO A REGIÃO andina foi invadida pelas tropas de Pizarro em 1532, quarenta anos haviam-se passado desde a capitulação de Granada e da primeira das ilhas das Antilhas aos castelhanos e mais de vinte anos desde a invasão da Mesoamérica. Uma geração inteira de europeus — quase duas — estavam familiarizados com os costumes dos “pagões” e dos “índios”. Os filhos que haviam gerado no Novo Mundo estavam agora crescidos; falavam as línguas de suas mães. Pais e filhos ouviam as histórias de lugares muito mais remotos, ao sul do Panamá, habitados por povos mais ricos. Os boatos sobre sociedades que viviam nos Andes eram comuns entre os colonos do Istmo; alguns acreditam que mesmo no Brasil. Um português, Aleixo Garcia, ouviu o bastante para encorajá-lo a juntar-se a uma incursão dos chiriguanos contra os habitantes das montanhas; avançando a partir do sudeste, atacaram instalações incas, pelo menos cinco anos antes de Pizarro invadir pelo norte. Muito depois que o grupo de Pizarro fez valer seus pretensos direitos aos Andes, outros pretendentes insistiram em dizer que foram os primeiros a ouvir falar desses reinos.

É dessas histórias e dos relatos posteriores de testemunhas oculares que deriva basicamente nosso conhecimento sobre as civilizações andinas em 1532. Trata-se de um conhecimento bastante incompleto; mesmo a comunidade acadêmica nem sempre tem consciência da fragmentariedade em que permanecem os registros. A arqueologia poderia ajudar, não fosse a posição marginal que os arqueólogos ainda mantém nas repúblicas andinas (em flagrante contraste com o que acontece no México). É possível que milhões de pessoas leram a ode de Pablo Neruda a Machu-Picchu e outros milhões visitaram o monumento, mas ninguém sabe que segmento da sociedade inca habitou o lugar. Isso não impede que ondas sucessivas de arquitetos “restau-

* O autor e o editor agradecem o auxílio de Ms. Olivia Harris, do Goldsmiths' College, Londres, na preparação final deste capítulo.

rem" a colônia, mas poucos arqueólogos se dedicam profissionalmente — se é que algum o faz — a esse estudo, trabalhando no próprio sítio, incrustado profundamente na paisagem quase vertical, ou nas técnicas de construção que distinguem Machu-Picchu de outros centros urbanos dos Andes.

Paradoxalmente, grande parte de períodos mais antigos, alguns que datam de centenas de anos antes dos incas, parecem mais acessíveis e tiveram suas peças de cerâmica minuciosamente estudadas; e os aspectos decorativos de outras técnicas, especialmente a tecelagem — a principal arte dos Andes — foram todos catalogados, fotografados, preservados. Todavia, quanto mais nos aproximamos de 1532, época em que o Estado andino foi dominado e estilhaçado nas centenas de grupos étnicos que o compunham, menos possibilidade temos de obter conhecimentos através da arqueologia na forma como é praticada hoje, e mais temos de depender dos relatos escritos por aqueles que "estiveram lá".

Esses relatos são notáveis sob alguns aspectos: no espaço de dois anos após o desastre de Cajamarca, quando o rei Atahualpa foi capturado, foram publicadas em Sevilha duas narrativas que descrevem esses acontecimentos, numa época em que as comunicações transatlânticas eram lentas e a impressão de livros, perigosa. Uma delas foi o relato oficial do primeiro escrivão de Pizarro, Francisco de Xerez, que se empenhou em demonstrar que o seu era o "relato verdadeiro" (*Verdadera Relación de la Conquista del Perú* [1534]), pois outra testemunha ocular se lhe havia antecipado. Mesmo antes, numa feira anual que se realizou em Lyon, vendedores ambulantes vendiam a negociantes do Reno e de Piemonte folhas impressas que descreviam o resgate de Atahualpa.

Os estudiosos costumam queixar-se das falhas desses relatos; todo especialista tem listas de questões importantes que permanecem sem resposta. Danças folclóricas ainda hoje renovam o encontro dos incas com os soldados europeus, mas não é possível recuperar uma tradição oral dinástica 450 anos após os acontecimentos. Alguns relatos antigos, feitos por estrangeiros, são há muito tempo de conhecimento geral, porém não restam muitos deles. O século XIX foi o grande período de descoberta e publicação dessas antigas descrições; antes mesmo que a maioria delas fosse impressa, W. H. Prescott tivera acesso a elas. É notável como sua *Conquest of Peru* (1897) permanece atual, mais de 130 anos após sua publicação. Isso se deve menos à compreensão que Prescott tinha das civilizações pré-colombianas do que ao tempo escasso que os historiadores contemporâneos dedicam à pesquisa de novas fontes, além da mencionada superficialidade da arqueologia inca.

O único estudioso importante nesse campo foi Marcos Jiménez de la Espada, que há cem anos atrás estava no apogeu de sua atividade, enquanto ganhava a vida como conservador de anfíbios no Museu de História Natural de Madri. Paralelamente, Jiménez publicou tanto as fontes que Prescott havia utilizado na forma de manuscritos quanto outras às quais o estudioso da Nova Inglaterra jamais tivera acesso. Em 1908, quando Pietschmann descobriu em Copenhagen um texto realmente inaudito — uma "carta" de 1 200 páginas ao rei da Espanha, escrita e ilustrada, por volta de 1615, por um "índio" andino — havia desaparecido a urgência que Jiménez sentira em publicar fontes primárias; passaram-se outros 28 anos antes que vissem a luz as queixas de Guaman Poma (*Nueva Corónica y Buen Gobierno*). Desde então, novos textos ocasionais foram localizados, a maioria deles por Hermann Trimborn, de Bonn, mas é digno de nota o quanto Prescott se assemelha a Cunow (1896), a Baudin (1928), a Rowe (1946), a Murra (1955) ou, mais recentemente, a Hemming (1970). Todos eles utilizaram quase as mesmas fontes, e se diferem é em questões de interpretação e ideologia.

Nos últimos trinta anos, foi removida uma parte do mistério, especialmente com relação ao Estado inca. Houve algum avanço no entendimento da articulação entre os grupos étnicos locais e os incas, através do estudo das demandas litigiosas, ou dos registros demográficos e tributários compilados nas primeiras décadas de domínio espanhol. Ainda assim, é fato que a investigação de John H. Rowe sobre as organizações políticas dos Andes centrais ("Inca Culture at the Time of the Spanish Conquest", publicada há quase quarenta anos, em 1946, no *Handbook of South American Indians*) permanece uma boa exposição de nosso conhecimento etnográfico. O exame da vida quotidiana e da organização dos Estados andinos continua sendo um trabalho de fôlego, a ser empreendido seriamente quando os arqueólogos e os etnólogos aprenderem a trabalhar juntos e quando as cinco repúblicas que são herdeiras da tradição andina — Bolívia, Peru, Equador, Chile e Argentina — decidirem que essa herança lhes pertence realmente.

Enquanto isso, notamos que os primeiros observadores quinhentistas chegaram a certas conclusões que os estudiosos modernos confirmaram.

Em primeiro lugar, a paisagem não se assemelhava a nada que já houvessem visto antes ou de que tivessem ouvido falar, embora alguns fossem soldados que haviam lutado na Itália, no México, na Guatemala, em Flandres ou na África do Norte. Nos Andes, as montanhas eram mais altas, as noites

mais frias e os dias mais quentes, os vales mais profundos, os desertos mais secos, as distâncias maiores do que as palavras poderiam descrever.

Em segundo lugar, o país era rico e não apenas em termos do que podia ser levado embora. Havia riqueza na quantidade de pessoas e em suas habilidades, nas maravilhas tecnológicas observáveis na edificação, na metalurgia, na construção de estradas, na irrigação ou nos produtos têxteis (“depois que os cristãos levaram tudo o que queriam, ainda parecia que nada havia sido tocado”¹).

Em terceiro lugar, o domínio estava sob o controle de um príncipe havia pouco tempo, cerca de três ou quatro gerações antes de 1532. E desde os primeiros dias após a vitória espanhola em Cajamarca, pessoas mais atentas se perguntavam como havia ruído com tanta facilidade essa autoridade que governava tantos povos distintos por sua geografia particular.

Embora basicamente verdadeiras, cada uma dessas conclusões é passível de uma reelaboração. Conquanto localizada inteiramente nos trópicos, a geografia andina tem poucas semelhanças funcionais para o homem de outras latitudes, se é que existe alguma. As regiões povoadas mais densamente, por exemplo, estão também situadas em altitudes extremamente elevadas. Em 1532 (e, na verdade, ainda hoje) havia muito mais habitantes no alto planalto ao redor do lago Titicaca do que em qualquer outro lugar. Isso intriga não apenas os planificadores internacionais; mesmo os economistas locais freqüentemente revelam sua exasperação. Vêm uma população muito grande, assolada pela fome, tentando cavar um meio de vida sob condições que para o estranho urbano parecem as mais inauspiciosas. Por que uma população agrícola tão numerosa insistiria em cultivar num local onde, a qualquer ano, pode-se esperar trezentas noites de geada, ou mais?

Um grande passo na compreensão científica da geografia andina foi dado no final da década de 20, quando o estudioso alemão Carl Troll realizou trabalhos de campo na Bolívia. Em 1931, Troll publicou o que ainda é a única discussão de maior prestígio dos muitos e diversos “bolsões” na paisagem criada pela grande proximidade entre si de altas montanhas, desertos costeiros e úmidas planícies amazônicas². Troll observou que os tradicionais

mapas das chuvas e das temperaturas eram inadequados e enganosos quando aplicados a essa região. Para registrar os extremos andinos num período qualquer de 24 horas, Troll criou novos gráficos. Cedo descobriu que a terminologia científica desenvolvida em outros lugares não descrevia os climas locais: tomou emprestado boa parte de seu vocabulário das práticas etno-geográficas andinas. Evidentemente, pode-se encerrar o termo andino *puna* numa caixa marcada “estepe”, ou “savana”, mas isso implica uma séria perda de especificidade. Essas pradarias tropicais, mas altas e frias, são culti-vadas há muito tempo, talvez antes mesmo que todas as árvores fossem cortadas; durante milênios a maioria dos povos andinos viveram nesse local. Não apenas os incas, porém as mais antigas estruturas políticas (Tihuanaco, Huari) surgiram na puna; Troll interpretou isso como um indicativo importante das potencialidades que a maioria dos observadores contemporâneos não conseguem apreender.

Só recentemente é que a agricultura andina começou a atrair a atenção dos agrônomos. A fácil adaptação de variedades européias e africanas cultivadas — cevada, cana-de-açúcar, uva, banana — mascarou o apego dos agricultores a culturas resistentes, domesticadas no local, perfeitamente adaptadas às condições andinas. Ninguém sabe quantas dessas variedades eram cultivadas em 1532; muitas delas desapareceram e outras ainda permanecem em condições de baixo rendimento, apesar do seu valor nutricional já provado. Quando se estudam os muitos tubérculos (dos quais a batata é apenas o mais famoso) ou o *tarwi* (um tremoço rico em gorduras) ou a *kinuwa* (um cereal cultivado em grandes altitudes e rico em proteínas) ou a folha de coca que sacia a sede, percebe-se quão autóctone e quão antigo era o complexo agrícola andino. Algumas das culturas (milho, batata-doce) eram encontradas por todo o continente, mas no sul nenhuma era produzida em grande quantidade, embora algumas fossem altamente valorizadas por serem exóticas.

No entanto, nas condições andinas não era suficiente ter conseguido uma adaptação ao local. A terra de qualquer espécie é muito pouca. As boas pastagens podem estar muito distantes. Mesmo que se comparassem os produtos de dois ou três *pisos* vizinhos, não se podia fornecer as bases para uma grande população ou para a formação de um Estado. Se os povos andinos quisessem evitar a fome, encher seus próprios celeiros e os de seus senhores e deuses, teriam de enfrentar as bruscas mudanças das condições geográficas, não só como *handicaps* ou limitações, mas também como vantagens em

¹ Francisco de Xerez, *Verdadera Relación de la Conquista del Perú* [1534], Madrid, 1947, p. 334.

² Carl Troll, “Die geographische Grundlagen der Andinen Kulturen und des Inkareichs”, *Ibero-Americanisches Archiv*, Berlim, 1931, vol. V. Cf. também *Idem, The Geo-ecology of the Mountainous Regions of the Tropical Americas*, Bonn, 1968.

potencial. Isso foi conseguido nos Andes mesmo por grupos humanos pequenos no início e que no curso de um único ano teriam de pescar, coletar alimentos e cultivar em vários pisos. Com o aumento de sua população, foram forçados a buscar recursos em locais cada vez mais distantes: na região costeira desértica abaixo, se viviam na cordilheira ocidental; ou na floresta das encostas andinas, se habitavam a cordilheira oriental.

Na agricultura andina, a adaptação precisou enfrentar outra desvantagem: as bruscas mudanças de temperatura, que passa das noites glaciais aos dias tropicais. No altiplano, a região com maior densidade populacional, freqüentemente são registradas diferenças de 30°C e até mais, num único período de 24 horas. Esse empecilho aparente também foi transformado numa vantagem adaptacional: numa data ainda desconhecida da história andina, todo tecido vegetal, mas em particular as literalmente milhares de variedades de tubérculos, e toda carne de animal domesticado ou selvagem sofreram um processo de conservação: congelados à noite e secos sob o sol tropical no dia seguinte. Eram muitos os tecidos congelados e secos, mas dois nomes subsistiram num uso mais generalizado: *chuñu* e *charki*. A maioria deles não só eram facilmente transportáveis, mas também se conservavam indefinidamente sob as condições da puna.

No âmbito de tais adaptações e transformações do ambiente, as dimensões das comunidades políticas andinas variaram de algumas centenas de famílias a 25 ou 30 mil, com totais populacionais que chegavam talvez a 150 mil; quando reunidas num Estado como o Tahuantinsuyo dos incas, seu total podia alcançar cinco milhões ou mais³. Aumentos nas dimensões da comunidade política causavam mudanças na localização e nas funções das colônias espalhadas. No vale de Huallaga, no que hoje é o Peru central, as primeiras investigações européias identificaram vários grupos étnicos, o maior dos quais, o Chupaycho, alegava ter quatro mil famílias no sistema inca de contagem decimal. Outros nesse vale relataram apenas quatrocentas "fogos". Independentemente das dimensões, em 1549, cada grupo declarava possuir hortas de folhas de coca a uma distância de três a quatro dias de caminhada, para quem desce da colônia principal:

³. Sobre a população do Peru em 1532, cujas estimativas recentes têm variado de dois a nove milhões, ver adiante, às pp. 129-31, "Nota sobre as Populações Americanas às Vésperas das Invasões Europeias".

quando lhe perguntaram se os índios nos campos de coca eram nativos da região, [o senhor local de Queros] disse que havia três índios no campo de coca de Pichomachay — um deles de Pecta, outro de Atcor e um terceiro de Guacor e que estavam lá desde a época dos incas; e, quando morre uma de suas mulheres ou eles mesmos morrem, são substituídos por outros, e no campo de coca de Chincha havia outros dois indios, um de Rondo e outro de Chumicho.

Esse testemunho, dado em 1549, somente foi registrado sete anos depois que foi esmagada a resistência local à invasão. Mais uma vez é mencionada a folha de coca de Chincha:

naquele mesmo dia inspecionamos [...] em Chincha 33 índios que estavam encarregados das folhas de coca; eles chegam aqui vindos de todas as colônias dos chupaychos e vinte deles [já] haviam sido contados nas próprias aldeias em que tinham nascido.

Esse testemunho, incomum na historiografia andina por sua minuciosidade e por sua data tão precoce, permite-nos perceber que os colonos eram enviados de todo povoado da montanha; esses colonos permaneciam na planície durante toda a vida do casal — uma vez que o censo andino não registrava pessoas solteiras ou viúvas; embora ausentes fisicamente de sua região nativa, continuavam amarrados em seus quipos. Em locais de trabalho semelhantes, a uma distância de dois a quatro dias de caminhada de suas residências, outros colonos pastoreavam camelídeos, cavavam sal, cortavam madeira ou cultivavam pimenta e algodão. No vale de Huallaga, tanto as folhas de coca quanto o sal eram partilhados por pessoas de fora da vizinhança imediata: alguns dos extratores de sal eram relocalizados a uma distância de seis a oito dias de "casa".

As principais colônias nessa região estavam localizadas um pouco abaixo da linha dos três mil metros, numa *tinco*, o local de encontro de duas zonas ecológicas, onde se podiam alcançar facilmente tanto as terras de tubérculo quanto as de milho, a menos de um dia de caminhada, acima e abaixo da aldeia⁴.

Em outros locais, as condições geográficas impossibilitaram esse fácil acesso ao milho: em núcleos populacionais acima de 3 500 e mesmo 3 800 metros — mais próximos dos rebanhos de camelídeos — não mais se podia

⁴. Inigo Ortiz de Zúñiga, *Visita de la Provincia de León de Huánuco* [1562], Huánuco, Peru, 1967, vol. I, pp. 44, 303-304.

trabalhar no campo de milho e voltar no mesmo dia. No altiplano povoado do lago Titicaca⁵, o milho ainda era indispensável como cereal de ritual e de "hospitalidade", mas agora era cultivado por colonos permanentes em pedaços de terra a uma distância de vários dias de casa, no modelo que descrevemos acima para os cultivadores de folhas de coca. As dimensões maiores da comunidade política tornavam possível o envio de colônias maiores e instalá-las a muitos mais dias de caminhada. O reino aimará dos lupacas enviara grandes quantidades de pessoas à costa desértica, a dez e às vezes a quinze dias de distância do núcleo. Thierry Saignes estudou recentemente o modo como todas as comunidades situadas em volta do Titicaca tinham acesso às "ilhas" da planície a leste do lago; nesse local, a madeira, a folha de coca e o mel, assim como o milho, podiam ser cuidados diretamente pelos parentes de alguém ou pelos que lhe eram submetidos⁶.

A esse modo complementar de ter acesso a muitos pisos ecológicos⁷ espalhados deu-se o nome de padrão "arquipélago" de colonização andina. Embora, na maioria das localidades, seu alcance tenha sofrido um processo de erosão durante o período colonial e em épocas mais recentes, algumas populações das montanhas ainda praticam o "duplo domicílio"⁸.

A arqueologia assevera a antigüidade desse padrão, mas poucas escavações revelaram sua idade. Alguns afirmaram que tal acesso múltiplo e simultâneo de uma única comunidade a muitos microclimas não poderia ter ocorrido antes que a proteção pacificadora de um Estado resguardasse as caravanas anuais que ligavam as povoações periféricas ao núcleo de poder. Os Estados provavelmente favoreciam esses arranjos, impondo sua autoridade a grupos étnicos concorrentes. No entanto, mesmo nos séculos em que

nenhum centro político importante podia reclamar hegemonia, durante períodos que os arqueólogos chamam de Intermediário Antigo ou Tardio, o acesso complementar a uma ampla gama de nichos ecológicos era importante demais para que fosse eliminado do repertório econômico dos senhores andinos locais.

Independentemente da origem, pode-se afirmar que o aumento nas dimensões da sociedade política tinha consequências sobre a complexidade de arranjos nas periferias. Vimos acima, no caso dos extratores de sal, que suas colônias eram multiétnicas; essa característica tornou-se mais comum à medida que cresceram as comunidades políticas. A ocupação simultânea de uma "ilha" periférica por colonos de diversas comunidades políticas deve ter gerado atritos, disputas e mesmo hegemonias temporárias de um concorrente sobre o outro. Mas há indícios de que a busca de acesso a produtos exóticos era tão grande que a períodos de conflito se seguiam sempre épocas em que o acesso era partilhado, por mais tensa que fosse a trégua.

O modo como eram escolhidos os colonos vitalícios e a forma como era mantida sua lealdade ao grupo que os enviava são temas de investigação. Quando a distância do núcleo era pequena, o colono, chamado *mitmac* em língua quíchua, podia facilmente manter os vínculos com o lugar de origem. No entanto, quando a distância chegava a oito, dez dias de distância ou mais, foram criados dispositivos institucionais para garantir não só o acesso dos colonos aos produtos, mas também ao intercâmbio social, aos parceiros de casamento para seus filhos e à participação ritual no núcleo. Os registros eclesiásticos da Europa no século XVI indicam que as caravanas se deslocavam livremente de um piso para outro; os registros mostram que as esposas vinham de muito longe⁹.

A especialização das técnicas tornou-se implícita no próprio padrão de colônias espalhadas. Os *mitmacs* eram também responsáveis nas áreas cobertas de árvores pelas taças e pratos de madeira; os que viviam nas praias podiam secar peixes e algas comestíveis, mas também coletavam guano. Em troca, a caravana que vinha das montanhas periodicamente trazia tubérculos, gêneros básicos, mas também carne, lã e outros artigos, inclusive milho cultivado nos níveis médios. Em algum ponto ainda indeterminado da história andina, o padrão de colonização dispersa sofreu uma mudança qualitativa

⁵ Garcí Diez de San Miguel, *Visita Hecha a la Provincia de Chucuito* [1567], Lima, 1964, p. 109.

⁶ Thierry Saignes, "De la filiation à la résidence: les ethnies dans les vallées de la Larecaja", *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations* (AESC), 33(5-6): 1160-1181, 1978. Trata-se de uma edição especial dos *Annales* sobre a antropologia histórica dos Andes, editada por John V. Murra e Nathan Wachtel.

⁷ John V. Murra, "El Control Vertical de un Máximo de Pisos Ecológicos en la Economía de las Sociedades Andinas", em J. V. Murra (ed.), *Formaciones Económicas y Políticas del Mundo Andino*, Lima, 1975.

⁸ Olivia Harris, "Kinship and the Vertical Economy", em International Congress of Americanists, *Actes*, Paris, 1978, vol. IV, pp. 165-177.

⁹ Freda Yancy Wolf, comunicação pessoal, com base num estudo de registros eclesiásticos em Juli, na província de Chucuito.

tiva, quando foi ampliado a fim de incluir colônias de artesãos que não estavam presos a vínculos ecológicos. Além das "ilhas" periféricas relacionadas acima, os lupacas também registravam uma aldeia de ceramistas e outra de metalurgistas. Cada linhagem das sete províncias mantinha um representante nas aldeias especializadas, várias centenas de artesãos no total.

Os padrões de colonização dispersa constituíram uma característica do território andino que os europeus logo observaram. Em 1538-1539, cinco anos após a invasão, as *encomiendas* outorgadas por Pizarro seguiriam esse princípio. Ao beneficiário não era concedida a terra, mas as pessoas dos dois senhores locais com todos os que lhes fossem sujeitos, por mais *salpicados* (espalhados) que estivessem por todo o território. Assim, Lope de Mendieta, um dos primeiros associados de Pizarro, recebeu toda e qualquer *estancia* de camelídeos, aldeias agrícolas ou pesqueiras que deviam fidelidade a Chuki Champi e a Maman Huillka, senhores dos karancas¹⁰. Seus territórios não-adjacentes chegavam a situar-se a bem mais de quatro mil metros acima do nível do mar e estavam localizados no que são hoje a Bolívia, o Chile e o Peru.

Seguiu-se o mesmo padrão quando se teve de reservar um grupo étnico para Carlos V: os lupacas, que viviam perto do lago Titicaca, eram conhecidos como "los yndios del Emperador". Na década de 1550, o procurador da coroa queixou-se ao vice-rei da concessão, a grupos particulares, de alguns lupacas da área costeira que trabalhavam em locais distantes de suas residências. Ele argumentava que:

quando foram outorgadas essas *encomiendas* privadas [...] os governadores [pós-Pizarro] não compreenderam a ordem que regia a vida dos índios. A questão foi levantada quando o marquês de Cañete governou esses reinos e verificou-se que a informação que forneci era verdadeira [...] foi ordenado que tinham de ser devolvidos os índios e as terras que a província de Chucuito [nome pelo qual os europeus chamavam Lupaca] tinha na região costeira desde a época dos incas¹¹.

A informação fornecida por essas fontes européias documenta melhor os padrões de "complementaridade vertical" no plano étnico, pois era essa a realidade que toleravam e com que lidavam nas primeiras décadas de regime

¹⁰. Manuscrito inédito, Legajo 658 na seção Justicia, Arquivo General de Indias, Sevilha.

¹¹. Juan Polo de Ondegardo, "Informe [...] a Licenciado Briviesca de Muñatones [1561]",

Revista Histórica, Lima, 13:18, 1940.

colonial. A macro-adaptação, pelo Estado inca, desse antiquidíssimo padrão andino (através de milhares de quilômetros, com milhões de habitantes, no território ocupado hoje pelas cinco repúblicas andinas) desintegrou-se tão rapidamente após 1532 que hoje é extremamente difícil reconstituí-la.

Contudo, essa dimensão máxima é importante para compreender as mudanças que o padrão sofreu quando a comunidade política controladora ultrapassou uma escala de cerca de vinte mil famílias. Inicialmente, o Estado seguiu as normas andinas correntes: suas rendas eram cobradas sobre as terras cultivadas que tinham sido alienadas das comunidades políticas locais no modelo "arquipélago". Essas terras do Estado eram cultivadas pela população local num sistema rotativo em que as linhagens se alternavam, da mesma forma que haviam trabalhado os campos de seus senhores étnicos ou do santuário regional. Vez por outra, os *mitmacs* do Estado eram transplantados para os novos territórios a fim de assegurar ao inca o governo e as rendas. Mas esse governo ainda era "indireto": era exercido através dos senhores "naturais" anteriores aos incas. Não havia qualquer espécie de tributo: ninguém devia o que quer que fosse plantado em seus campos ou que estivesse armazenado em suas despensas.

Nas últimas décadas antes de 1532, o tamanho da administração inca crescia tanto que não havia precedente da distância que separava o núcleo dos locais de trabalho. Quase todo ano, se o *mitmac* quisesse reafirmar seu vínculo com o centro, ou cultuar seus deuses no santuário principal, ou simplesmente visitar seus parentes, era obrigado a fazer uma caminhada de dez, quinze dias até a terra de origem. Os colonos que foram deslocados durante o domínio inca podem ter chegado a uma distância de sessenta ou mesmo oitenta dias de viagem. Mesmo que continuassem a ser incluídos em seu grupo étnico original, indaga-se que consistência teria um vínculo como esse.

Não há dúvida de que foi feita essa tentativa de reportar-se a um predecessor andino: Don Pedro Kutimpu, um senhor lupaca bem informado, ainda jovem em 1532, esclarece essa tentativa, enquanto explica as discrepâncias entre o quipo populacional que está em seu poder desde antes da invasão e a contagem por cabeça feita pelas administrações coloniais:

quando esta província foi inspecionada pelos incas, muitos colonos foram contados junto com outros nativos dessa província. [...] Os colonos podiam estar em muitos outros locais distantes [...] alguns no Chile e outros em Quito [...] e juntos todos eles constituíam os vinte mil índios mencionados no quipo. Mas agora [1567] esses colo-

nos foram concedidos em *encomienda* em suas residências distintas e não foram mais contados com os dessa província...¹²

Por quanto tempo podiam esses vínculos e direitos residuais ser exercidos efetivamente no grupo étnico original? Remoções do lago Titicaca para o Chile e para Quito parecem um ônus pesado, não importa quantos predecentes tenham sido alegados para fazê-lo. Indícios de uma resposta são encontrados na freqüência de rebeliões contra os incas¹³ e na pronta adesão, nenhum informe de queixas a respeito disso chegou até nós de testemunhas da invasão.

O que podemos asseverar é que o Estado inca deu continuidade às colonizações complementares nos Andes, mesmo que as novas dimensões tenham implicado dificuldades. Novas funções também foram conferidas aos *mitmacs*: da mesma forma que os lupacas mantinham aldeias de artesãos especializados, o Estado controlava uma instalação manufatureira perto de Huancané, situada na margem nordeste do lago Titicaca¹⁴. Congregava "um milhar" de tecelões e "uma centena" de ceramistas. Embora não se deva aceitar esses números literalmente, as proporções dessas operações do Estado inca não devem ser postas em dúvida; as roupas constituíram a mais importante forma de arte andina, de modo que tinham muitos usos políticos, rituais e militares, exigindo que fossem tecidas para o Estado em dimensões verdadeiramente industriais para os padrões europeus do século XVI. A tecelagem em tempo integral ocupava grande número de mulheres "escolhidas", separadas de seu grupo étnico e colocadas em todo centro administrativo do Estado, onde os soldados esperavam receber recompensas em roupas quando marchavam para a fronteira. O que há de novo com relação às oficinas de Huancané era o fato de os tecelões formarem unidades domésticas; tampouco podemos dizer se esse centro manufatureiro era único ou se constituía uma característica regular da produção inca que permanecera sem registro.

^{12.} Diez de San Miguel, *La Provincia de Chucuito*, op. cit., p. 170.

^{13.} John V. Murra, "La Guerre et les rébellions dans l'expansion de l'état inka", AESC, 33(5-6):927-935, 1978.

^{14.} John V. Murra, "Los Olleros del Inka: Hacia una Historia y Arqueología del Qollasuyu", em *Historia, Problema y Promesa, Homenaje a Jorge Basadre*, Lima, 1978, vol. I, pp. 415-423.

Os *mitmacs* também foram utilizados pelo Estado, de uma maneira nova, para propósitos militares. Não há provas da existência, no período pré-incaico, de guarnições distantes que trabalhassem em tempo integral, mas nas décadas anteriores a 1532 a constante expansão e as consequentes rebeliões exigiam que as fronteiras fossem guarnecidas em tempo integral:

ele disse que seus ancestrais foram colocados nesta terra [o vale de Huallaga] para proteger a fortaleza de Colpagua, que fica nas florestas do leste, e as fortalezas eram três, uma chamada Colpagua, a outra Cacapayza, e uma Cachaypagua e uma outra [sic] Angar, e os colonos mencionados e os antepassados do narrador foram tirados dos vales próximos a Cuzco e baseados nos mencionados fortes, trinta homens casados em cada um. E aqueles que guardavam as fortalezas não tinham campos plantados, uma vez que não podiam cultivar ali de modo que receberam essa cidade [Guarapa] onde outros membros de seu grupo plantavam e supriam a subsistência dos que guardavam¹⁵.

É possível talvez identificar outros empregos tardios dos *mitmacs* para propósitos não-agrícolas, mas os prolongamentos militares e artesanais da estratégia "arquipélago" são indício suficiente de que aquilo que começou como um meio de complementar o acesso produtivo a uma série de pisos ecológicos se transformara num oneroso meio de controle político.

Tahuantinsuyo, o Estado inca, não foi a primeira comunidade política multiétnica surgida nos Andes. Nas últimas décadas, os arqueólogos têm distinguido vários "horizontes" (periódos em que as autoridades centrais conseguiram controlar tanto as comunidades das montanhas quanto as costeiras) das eras "intermediárias", em que floresceu o separatismo étnico.

O "Horizonte Primitivo" nos Andes, também chamado de Formativo, era centrado em Chavín, um templo localizado a 3 135 metros de altitude nas montanhas do leste; mais conhecido por sua arte religiosa, o templo foi considerado por Julio C. Tello, o decano dos arqueólogos andinos, "a matriz da civilização andina". Alcançou o apogeu de sua influência cerca de três mil anos atrás, 1000-300 a.C., quando influiu sobre outras colônias da região montanhosa e modificou as formas de arte costeira; não se sabe ao certo se tais influências significaram dominação. Donald Lathrap recentemente ressaltou e documentou as raízes amazônicas da arte que Tello foi o primeiro a

^{15.} Ortiz de Zúñiga, *La Provincia de León*, vol. II, p. 197.

postular. Através das planícies tropicais Chavín pode ter alcançado fontes de inspiração muito mais antigas na Mesoamérica¹⁶.

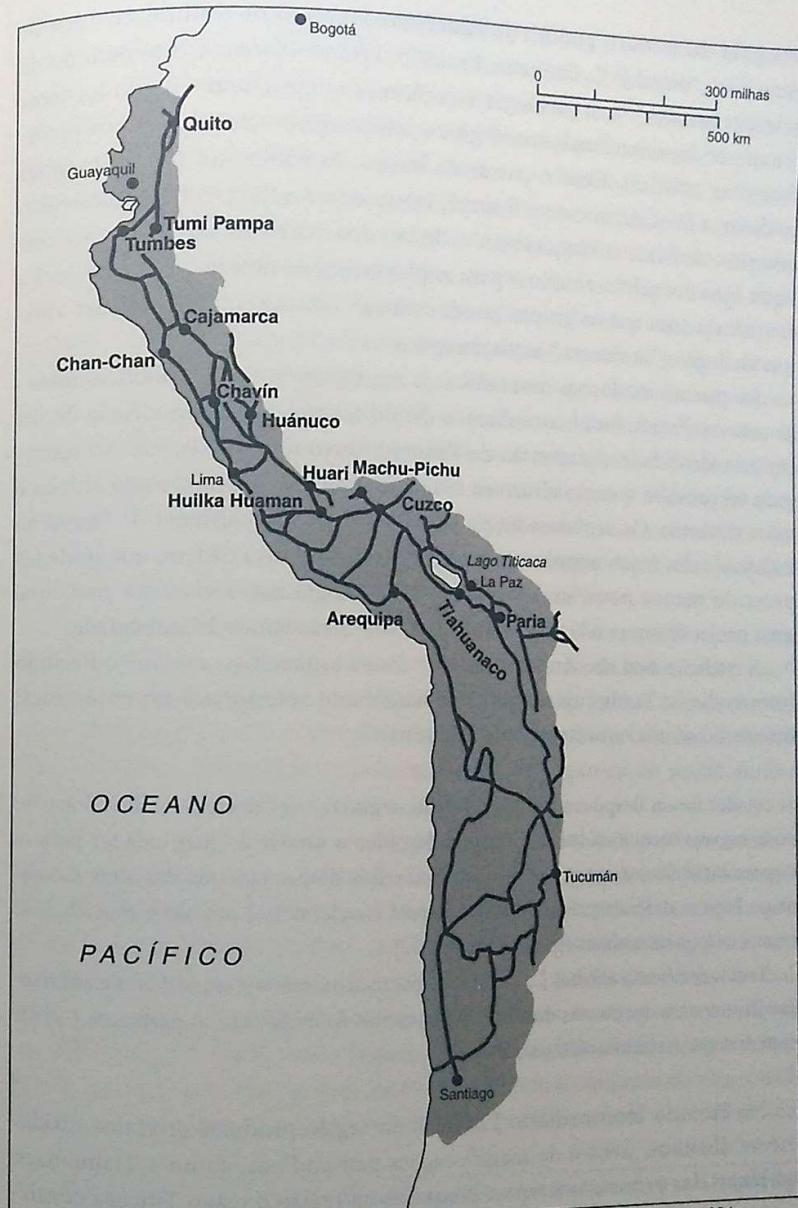
Não há um consenso entre os arqueólogos sobre o modo como surgiram esses "horizontes" nos Andes e como acabaram por desintegrar-se. Alguns sugeriram que o elemento ativo foi o "comércio", revigorado por controles militares que usualmente se originaram nas montanhas; outros detectaram um zelo religioso por trás da expansão.

O Horizonte Médio estende-se desde antes de 500 a.C. até por volta de 1000 d.C. e estava centralizado em dois locais pelo menos: Tiahuanaco, perto do lago Titicaca na Bolívia, e Huari, próximo à atual cidade de Ayacucho no Peru. Ambos foram verdadeiras colônias urbanas, considerados núcleos de Estados grandes e de vasta extensão. Há testemunhos de contemporaneidade e mesmo de contato entre ambos; no começo do século, costumava-se considerar os dois uma única comunidade política, cuja capital ficava nas montanhas do sul. Pesquisa recente sugere que, embora Tiahuanaco e Huari possam ter exercido sua hegemonia ao mesmo tempo, suas esferas de interação foram distintas. Alguns chegaram a sugerir a existência de uma zona-tampão entre ambos, que se estendia da linha de neve perpétua ao oceano¹⁷. Em seu *Peoples and Cultures in Ancient Peru* (1974), L. G. Lumbreras, o eminent arqueólogo andino, defendeu a tese de que o urbanismo e o militarismo tiveram início com Huari e aos poucos influenciaram todas as sociedades dos Andes centrais.

É possível que o ímpeto de integração inter-regional se tenha originado sistematicamente nas montanhas, mas os povos da região costeira desértica muitas vezes levavam séculos para desenvolver seu próprio potencial centrado no oceano e na irrigação. A maior parte da arqueologia inicial da região costeira, empreendida por estrangeiros, centrou seu interesse na espetacular arquitetura com base no tijolo cru, ou nas produções têxteis e cerâmicas, de que os museus e as coleções particulares em todo o mundo estão cheios. Em

¹⁶ Cf. Julio C. Tello, *Chavín, Cultura Matriz de la Civilización Andina*, ed. Toribio Majía Kesspe, Lima, 1960; John H. Rowe, "Form and Meaning in Chavín Art", em John H. Rowe e Dorothy Menzel (eds.), *Peruvian Archaeology*, Palo Alto, Calif., 1967; Donald W. Lathrap, "Our Father the Cayman, our Mother the Gourd: Spinden Revisited", em C. A. Reed (ed.), *Origins of Agriculture*, Haia, 1977, pp. 713-751; Thomas C. Patterson, "Chavín: An Interpretation of its Spread and Influence", em E. P. Benson (ed.), *Dumbarton Oaks Conference on Chavín*, Washington, D.C., 1971, pp. 29-48.

¹⁷ Elias Mujica, comunicação pessoal, 1980.



Fonte: John Hyslop, *Inka Road System: Survey and General Analysis*, Academic Press, 1984

A extensão do Império Inca

seu guia do tesouro andino do American Museum of Natural History de New York, Wendell C. Bennett e Junius B. Bird se referem a "um período de artesãos mestres". A arqueologia, nos últimos tempos, tem tentado fornecer o suporte organizacional cronológico e sócio-organizacional para tais manifestações artísticas. Com o passar do tempo, os habitantes das montanhas podiam, e freqüentemente o fizeram, interromper o florescimento da região costeira mediante o bloqueio ou o desvio dos canais de irrigação que traziam água das geleiras andinas para as plantações do deserto, mas é notável a freqüência com que os grupos costeiros locais retornavam às tradições antigas tão logo o "horizonte" havia desaparecido.

Do mesmo modo, nas montanhas, as muitas comunidades políticas incorporadas ao Estado inca mantinham as distinções étnicas e a consciência de sua própria identidade. A expansão de Tahuantinsuyo fora rápida, mas só conseguiu tal presteza quando absorveu entidades políticas inteiras, e não aldeias e vales distintos. Os senhores locais adequaram-se a um sistema de "governo indireto"; eles é que impuseram e administraram a nova ordem, que pode ter parecido menos nova, uma vez que sua ideologia não reclamava mais que uma projeção numa tela mais ampla de padrões existentes de autoridade.

A tradição oral nos Andes concorda com a arqueologia em que o Período Intermediário Tardio, os séculos imediatamente anteriores à expansão inca, tinha sido *ahuca runa* (tempo de soldados):

as cidades foram despovoadas [...] temendo a guerra, eles tiveram de abandonar os bons lugares mencionados. [...] Foram forçados a mudar de suas cidades para os lugares mais altos e agora vivem nos picos e nos despenhadeiros das altas montanhas. Para se defender, tiveram de construir fortalezas [...] defesas e muralhas; as casas e os lugares secretos ficavam dentro. [...]

Lutaram e houve mortes [...] fizeram prisioneiros, mesmo as mulheres e as crianças. Tomaram as terras uns dos outros e os canais de irrigação e as pastagens [...] até as pedras que haviam usado para moer¹⁸.

No Período Intermediário Tardio cada região produzia artefatos nitidamente distintos, isentos de manifestações pan-andinas, como a Tiahuanaco ou Huari dos primeiros tempos. Pesquisas na região do lago Titicaca confir-

¹⁸. Felipe Guaman Poma de Ayala, *Nueva Coronica y Buen Gobierno* [1615], México, 1980, pp. 63-64.

maram a presença arqueológica, no final do período pré-incaico, de "casas e lugares secretos" no interior de defesas pesadas que circundavam vinte hectares ou mais, em altitudes acima de quatro mil metros¹⁹. Quando foi conquistada pelos incas, a população que conhecemos pelo nome de lupaca foi removida ou deportada "para baixo", para uma altitude de 3 800 metros, na praia do lago. Após a *pax incaica*, não havia mais necessidade das muralhas; agora a estrada real atravessava as sete "capitais provinciais" dos lupacas, algumas das quais se converteram em centros administrativos incas. Algumas ocupavam até quarenta hectares de espaço urbano e todas podem ser discernidas ainda hoje. De acordo com o quipo que está de posse de Pedro Kutimpu, antes de 1532 esse grupo, que falava a língua aimará, compreendia vinte mil famílias. O testemunho de seus dois senhores foi registrado, em 1567, por um inspetor enviado de Lima para averiguar um boato de que esses "índios do imperador" eram muito ricos. O inspetor relatou que eram realmente ricos: nos tempos anteriores à invasão européia, haviam controlado centenas de milhares de camelídeos; mesmo depois de 35 anos de pilhagem, um lupaca admitia ainda possuir 1 700 cabeças²⁰.

Os dois senhores que deram o testemunho governavam Chucuito, uma das sete "províncias"; eram também senhores ou reis de todos os lupacas²¹. Cada uma das outras seis "províncias" tinha seus próprios líderes, em número de dois, um para a metade superior e outro para a inferior. A divisão dual era uma característica quase universal da organização social andina; não há razão para atribuí-la a uma influência inca.

Os laços de família eram o princípio organizador nas quatorze subdivisões. Cada metade era constituída de cerca de dez a quinze *hatha*, termo às vezes traduzido por "linhagens". Como os notários e escrivães europeus preferiam a terminologia quíchua de Cuzco, eram registradas usualmente com o nome de *ayllu*. O debate em torno da natureza e das funções dessa unidade social tem uma longa história nos estudos andinos, tanto quanto os *calpulli* na Mesoamérica. Cada *hatha* lupaca era uma unidade dotada de um nome; podia ter terra e rebanhos, mas também o tiveram o conjunto do reino, cada metade e cada uma das sete comunidades políticas. Cada uma tinha suas

¹⁹. John Hyslop, "El Área Lupaca Bajo el Dominio Incaico: Un Reconocimiento Arqueológico", *Histórica*, Lima, 3(1):53-80, 1979.

²⁰. Diez de San Miguel, *La Provincia de Chucuito*, op. cit., pp. 303-363.

²¹. John V. Murra, "An Aymara Kingdom in 1567", *Ethnohistory*, 15(2):115-151, 1968.

próprias autoridades; cada uma compreendia famílias da população aimará dominante e dos oprimidos pescadores uros; não podemos dizer na prática quanto sucesso teve esse esforço ideológico em reunir pessoas de classes distintas num único grupo familiar²².

Não há informação sobre santuários lupacas, porque a inspeção foi realizada logo depois da conversão dos senhores lupacas ao cristianismo. Foram advertidos a não adorar os picos de montanhas cobertos de neve; foram também proibidas as peregrinações aos monumentos erigidos no passado nas cidades pré-incaicas muradas. Em 1567, ainda havia uma minoria de ricos donos de rebanhos que permaneciam sem batismo; sabe-se que alguns dos xamãs e sacerdotes aimarás foram mantidos num campo de concentração perto do lago, fazendo trabalhos de fiação, mas o segundo bispo de Charcas, frei Domingo de Santo Tomás, ordenou que fossem libertados. Autor do primeiro dicionário e gramática da língua quíchua, o bispo fazia parte do Conselho Real das Índias, mas foi também confidente de Bartolomé de Las Casas; argumentou que os xamãs não podiam ser mantidos prisioneiros, pois nunca haviam sido convertidos e assim não eram apóstatas.

Existem algumas informações sobre templos do culto ao sol construídos pelos incas em território lupaca. Uma parte da "província" dos yunguyos foi expropriada e nela foi erguido um centro de peregrinação. Membros das linhagens reais de Cuzco foram reassentados em Copacabana e nas ilhas imediatamente próximas da praia²³. No final do século XVI, a Igreja europeia decidiu reutilizar este centro de peregrinação; está em uso ainda hoje.

Os lupacas são a mais conhecida dentre as muitas comunidades políticas dos aimarás que, no período pré-incaico, surgiram no altiplano mais elevado. Outras dessas comunidades estão agora sendo estudadas e suas propriedades rurais, inclusive as localizadas na região costeira desértica do Chile, foram mapeadas²⁴. Suas tradições orais foram ocasionalmente registradas

nos documentos dos processos judiciais que seus senhores entregaram à Audiencia de Charcas; durante uma década ou mais, a administração colonial incentivou petições desse tipo por motivos próprios. Essas reclamações de antigos e novos privilégios compreendiam as recitações de genealogias pelos mantenedores ainda ativos dos registros de nós. Um desses reclamantes relacionou os nomes de seus antecessores, inclusive um que "prestou obediência" ao Inca quatro gerações antes. Em troca havia recebido uma esposa da corte, e seu filho Moroco foi incluído na genealogia como "Inca": juntamente com a esposa vieram artigos de vestuário tecidos pelos artesãos do rei e o privilégio de usar uma liteira.

Outra relação especial entre Cuzco e os senhores aimarás foi seu papel militar. Já no início da expansão de Tahuantinsuyo, seus exércitos eram recrutados sob o mesmo princípio da *mita* que mobilizava energias para os outros serviços públicos: homens e mulheres marchavam para a batalha alternadamente, *ayllu* por *ayllu*, um grupo étnico após outro. Vinham equipados com suas armas tradicionais, liderados por seus próprios senhores étnicos. Nada disso os livrava dos muitos outros serviços que deviam a Cuzco²⁵.

Em algum momento da história de Tahuantinsuyo, essa *mita* deve ter parecido ineficiente: os senhores aimarás alegaram, num memorando dirigido a Filipe II, que a habilidade e a lealdade militares de seus ancestrais haviam sido recompensadas e, assim, estavam livres de todas as outras obrigações:

éramos apenas soldados [...] dispensados do tributo [...] e de todas as outras taxas e serviços pessoais, como do pastoreio [...] ou de servir a *mita* na corte, na grande cidade de Cuzco, ou de ser pedreiros, tecedores de roupas [...] e de cultivar a terra, do trabalho de carpintaria ou nas pedreiras — as pessoas se acostumaram a mover um morro com as mãos para algum outro lugar. [...] Não éramos nem dançarinos, nem palhaços acostumados a cantar canções de vitória para os chamados ingas...²⁶

Não podemos dizer quais as consequências desse serviço militar prolongado sobre a produção dos meios de subsistência da população aimará que havia ficado para trás. Em outras localidades dos Andes, os remanescentes na "pátria" étnica eram obrigados a trabalhar as terras dos soldados, mas as lon-

²² O estudioso que mais deu atenção aos laços de família entre os antigos andinos e sua manipulação pelo Estado foi R. Tom Zuidema. Ver *The Ceque System of Cuzco: The Social Organization of the Capital of the Inca*, Leiden, 1964, e "The Inca Kinship System: A New Theoretical View", em R. Bolton e E. Mayer (eds.), *Andean Kinship and Marriage*, Washington, D.C., 1977.

²³ Ver Adolph Bandelier, *The Islands of Titicaca and Koati*, New York, 1910.

²⁴ Tristan Platt, "Mapas Coloniales en la Provincia de Chayanta", em Martha Urioste de Aguirre (ed.), *Estudios Bolivianos en Honor a Gunnar Mendoza*, La Paz, 1978.

²⁵ Waldemar Espinoza Soriano, "El Memorial de Charcas: Crónica Inédita de 1582", *Cantuta* (Revista de la Universidad Nacional de Educación), Chosica, Peru, 1969.

²⁶ Murra, citado em "La Guerre et les rébellions", pp. 931-932.

gas ausências, que ultrapassavam o calendário agrícola, devem ter constringido os intercâmbios baseados no parentesco mas politicamente explorados.

Tampouco podemos dizer até que ponto a divisão dual de todo o altiplano numa *urcusuyo* (a metade montanhosa) e uma *umasuyo* (a metade aquática) refletiu a realidade aimará ou, mais tarde, a inca. A dicotomia parece ter sido mais acentuada na região do lago Titicaca. É possível que, nesse local, tenha havido um substrato lingüístico por trás do dual, pelo qual os habitantes da metade do leste falavam pukina em vez de aimará. Infelizmente, o filtro inca através do qual muitos examinaram as questões andinas ainda não permite o deslindamento do contexto étnico do dualismo. É possível que, originariamente, as metades tenham ocupado o centro ou se “encontrado” no lago Titicaca, uma zona “neutra” com seu microclima próprio. Pode ser que urcos e umas se tenham reorganizado quando Cuzco se tornou o núcleo²⁷. Quando os europeus os encontraram pela primeira vez, ambos estavam ritual e administrativamente incluídos no mesmo setor sul, o *collasuyo*, o setor de maior densidade populacional do Estado inca.

O componente “aquático” da divisão dual do planalto é também discernível na presença entre os aimarás de uma minoria ocupacional e étnica, talvez mesmo uma “casta” de pescadores uros. A real importância de sua presença está-se tornando mais clara graças a recente pesquisa²⁸. No período colonial, os pescadores aos poucos se juntaram às fileiras aimarás, mas a atribuição a eles de língua pukina e o sentimento disseminado de que eram os ocupantes nativos dos altos Andes exigem uma confirmação arqueológica.

Correlacionar a informação histórica com a escavação arqueológica é uma abordagem que só foi usada ocasionalmente nos Andes. Muitos dos enigmas da história andina são menos inacessíveis do que pode parecer. Ainda existem continuidades nos modos de vida e nas línguas, apesar dos 450 anos de domínio colonial; remontam até mesmo ao período pré-inciano. Tanto as tradições orais dinásticas quanto as demóticas são pelo menos parcialmente disponíveis nos registros de testemunhas oculares e administradores europeus; se fossem comprovadas e ampliadas com a ajuda da arqueologia, poder-se-ia dispor de uma versão muito mais sólida, embora menos sensacional, da sociedade andina.

²⁷. Thérèse Bouysse-Cassagne, “L’Espace aymara: *urco* et *uma*”, AESC, 33(5-6):1057-1080, 1978.

²⁸. Nathan Wachtel, “Hommes d’eau: le problème uru (XVIe-XVIIe siècles)”, AESC, 33(5-6):1127-1159, 1978.

É documentável o fato de que no período pré-colonial a língua aimará foi muito mais disseminada do que hoje. Os moradores de Cuzco ainda chamam os habitantes do planalto, ao norte do lago Titicaca, de *collas* (aimarás), mesmo que tenham passado a falar o quíchua. Não deve ser muito difícil averiguar quando ocorreu essa mudança e sob quais condições históricas, mas a escassez de estudos filológicos em 1980 ainda nos restringe a conjecturas. Muitos dos vales do Pacífico no que são hoje o Chile e o sul do Peru eram habitados por falantes do aimará; no início do século XX, as cidades situadas na latitude de Lima, na província de Yauyos, falavam kauki, um dialeto aimará²⁹.

Os europeus chamavam a língua dos incas de quíchua, derivando o termo da palavra *quichua*, “vale”. Os próprios incas chamavam-na de *rūna simi*, “a língua do povo”, expressão usada ainda hoje pelo falante nativo; não é encontrada no discurso do europeu e do literato. Antes de 1532, o quíchua era a língua da administração e era entendida por muitos bilíngües; documentos coloniais chamam-na de *lengua general* (o aimará e o pukina às vezes são também designados dessa forma). O lingüista Alfredo Torero sugeriu que o quíchua teria sido outrora a língua da costa central, de onde se teria espalhado antes e depois dos incas³⁰. Variantes que se entendiam mutuamente eram faladas desde o que é hoje o Equador, ao norte, até Tucumán, ao sul. A distinção entre os habitantes do altiplano e os do vale foi fundamental na classificação étnica andina; essa distinção era aparentemente confundida pelos europeus com línguas diferentes.

Pouco trabalho arqueológico foi feito com seriedade na região inca central: o vale de Vilcanota e a área em volta de Cuzco. John Howland Rowe deu início ao estudo científico dos predecessores dos incas³¹, mas atraiu poucos discípulos.

O que se pode afirmar com alguma segurança é que, depois de longo período de conflito que separou o “Horizonte Médio” do Tardio ou Incaico, Cuzco deixou de ser, no século XV, o núcleo de uma comunidade local para

²⁹. Martha Hardman de Bautista, *Jaqaru: Outline of Phonological and Morphological Structure*, Haia, 1966.

³⁰. Alfredo Torero, *El Quechua y la Historia Social Andina*, Lima, 1974.

³¹. John H. Rowe, *An Introduction to the Archaeology of Cuzco*, Papers of the Peabody Museum, 28/2, 1944.

tornar-se um importante centro urbano, capital da Tahuantinsuyo descrita pelos europeus. Não era apenas o coração administrativo do reino inca, mas também um centro ceremonial, onde eram sacrificadas diariamente uma centena de peças de roupas finas e um grande número de sacerdotes jejuava enquanto observava de seus observatórios-palácio os movimentos do sol. Seus calendários oficiais não são tão bem compreendidos quanto os dos maias, porque os resultados das observações não foram registrados em pedra, mas, muito provavelmente, tecidos em material têxtil perecível³².

A capital estava situada na encruzilhada de estradas reais, que apresentavam vinte mil quilômetros ou mais de extensão e a ligavam ao Chile, ao oceano Pacífico e, ao norte, à linha do Equador. No estudo que se fez da divisão do território em quatro partes chamadas *suyo*, que por sua vez eram subdivididas, sugeriu-se que cada “linha” que se irradiava a partir do centro ceremonial ligava membros da família real aos santuários dos quais eram os patronos³³. A maioria das linhagens reais viviam com seus partidários na cidade ou nos povoados próximos. Garcilaso de la Vega, que nasceu em Cuzco alguns anos depois da invasão européia, nos dá uma descrição nostálgica da cidade natal de sua mãe inca, escrita, muitos anos mais tarde, no exílio em Andaluzia³⁴, mas, apesar do recente esforço de um década patrocinado pela Unesco, não foi possível traçar nenhum mapa de Cuzco, seja arquitetônico seja sociológico, semelhante ao que foi feito para Tenochtitlán, a capital asteca³⁵.

Não está claro até que ponto os grupos étnicos incorporados pelos incas estavam representados em Cuzco. Temos informações de que era obrigação dos chinos, uma comunidade do litoral, enviar para a capital artesãos e mulheres. Quanto aos artesãos de prata, em 1542 um frade europeu ainda registrou sua presença na cidade. O rei de Chimo não tinha obrigação de fornecer tropas, pois os soldados da costa eram considerados pouco confiáveis e provavelmente também estavam despreparados para lutar a uma alti-

tude de quatro mil metros. Em ocasiões cerimoniais, esperava-se que os forasteiros deixassem Cuzco.

Não existe um consenso acerca da extensão da intervenção de Cuzco no governo dos grupos étnicos incorporados. Inimigos do vice-rei Francisco de Toledo (1568-1581), que parecia um Inca, retratavam os senhores étnicos tradicionais como “tiranos”, o que no espanhol quinhentista significava que eram burocratas nomeados “ilegítimos”, enviados da capital real e, nesse sentido, não eram de modo nenhum “governantes naturais”. Foi aventado também que os incas esgotaram os membros da família real passíveis de ser designados administradores regionais e acabaram no final por elevar à condição de inca os habitantes leais de determinadas aldeias vizinhas de Cuzco. Conhecidos pelo nome de *allicac* (os que foram melhorados, promovidos):

eram os filhos mais velhos dos papris e chillques; estes eram inspetores enviados por todo o reino para fiscalizar os centros administrativos e as tecelás e os depósitos de mercadorias [...] alguns [outros] eram de Quilliscachi e de Equeco...³⁶.

Há indícios de que, em algumas regiões rebeldes, especialmente na costa, os incas realmente designaram “governadores” para substituir o “senhor natural”. Usualmente eram parentes dos “rebeldes”, ou membros da pequena nobreza vizinha cuja hegemonia regional Cuzco desse modo endossava³⁷. A maior parte de nossas informações, no entanto, provém das montanhas, visto que a população costeira desapareceu logo depois de 1532: nas montanhas os governantes locais pertenciam à comunidade étnica que governavam. Compreendiam o que era exigido deles, pois, pelo menos teoricamente, prevaleciam os padrões pré-incaicos. O traço andino extremamente importante que caracterizava esses padrões era que a despensa do aldeão permanecesse intocada. Na verdade, agora ele tinha não só de encher os armazéns de seu senhor e do santuário local, mas também de produzir rendas para o Estado, trabalhando em suas terras há pouco expropriadas ou recém-irrigadas e pastoreando os rebanhos de camelídeos do Estado.

Não obstante, existia uma burocracia “federal”: seus membros eram designados para grandes centros administrativos como Huillka Huaman, Huánuco Pampa, Paria ou Tumi Pampa, todos erguidos ao longo da estrada

³². John V. Murra, “Cloth and its Function in the Inca State”, *American Anthropologist*, 64(4):710-728, 1962.

³³. Zuidema, *Ceque System*.

³⁴. Garcilaso de la Vega, “El Inca”, em *Primera Parte de los Comentarios Reales* [1604], Madrid, 1960.

³⁵. O melhor mapa de como pode ter sido a cidade antes de 1534 está em Santiago Agurto Calvo, *Cusco: La Trazo Urbana de la Ciudad Inca*, Cuzco, 1980.

³⁶. Guaman Poma de Ayala, *Nueva Coronica*, p. 363 [365].

³⁷. Ortiz de Zúñiga, *La Provincia de Léon*, vol. II, p. 46.

real. Desses apenas Huánuco Pampa foi estudado em detalhe: abrangia quase dois quilômetros quadrados e continha até cinco mil residências e palácios, além dos quase quinhentos armazéns. É provável que a cidade tenha abrigado de doze a quinze mil habitantes, a maioria dos quais prestavam serviço de *mita* no seu turno; mas alguns viviam aí em base mais permanente: as mulheres dos *acllahuasi* que teciam e cozinhavam, os guardas peridossos, funcionários responsáveis pela manutenção dos armazéns, especialistas religiosos³⁸. Quantos desses eram “incas”, fossem membros das linhagens reais, fossem *allicac*? Um escritor andino como Guaman Poma afirmava que seus parentes que não pertenciam à realeza chegaram a ocupar esses postos “federais” nos centros administrativos.

Quaisquer que tenham sido as suas proporções ao longo da estrada, funcionários reais “inspecionavam” os senhores provinciais submetidos e seus territórios. As melhores informações sobre seu relacionamento provêm de uma inspeção feita em 1562 aos chupaychos, um pequeno grupo étnico que vivia no vale de Huallaga, a cerca de dois dias de viagem de Huánuco Pampa. Entrevistados em sua própria região, declararam que antes de 1532 existira:

um senhor inca que governava dez mil famílias ... [e] que vinha inspecioná-las um vez por ano [...] e se achasse que o senhor local ou uma autoridade menor era culpada de cinco faltas muito sérias como a de não ter obedecido ao que o representante real havia ordenado

ou

a de ter querido rebelar-se ou

a de ter sido negligente no recolhimento e remessa do que era devido ou

a de não ter realizado os sacrifícios exigidos três vezes ao ano ou

a de ter ocupado as pessoas na tecelagem a seu próprio serviço ou

a de ter feito outras coisas que interferiam com o que deviam fazer e por outras coisas semelhantes. Se cometesse cinco faltas, eles lhe tiravam seu cargo e davam-no a seu filho, se tivesse um capaz, e se não, davam-no a seu irmão ou ao parente mais próximo...

^{38.} Craig Morris, “Reconstructing Patterns of Non-Agricultural Production in the Inca Economy”, em Charlotte B. Moore (ed.), *Reconstructing Complex Societies*, Cambridge, Mass., 1972; *Idem*, “Tecnología y Organización Inca del Almacenamiento de Viveres en la Sierra”, em Heather Lechtman e Ana María Soldi (eds.), *Runakunap Kawsayninkupaq Rurasqankunaqa*, México, 1981, pp. 327-375.

se algum senhor étnico [*cacique principal*] tentasse opor-se e rebelar-se, eles o matavam e a toda sua linhagem, de modo que não restasse ninguém. Quando os incas ainda viviam, essa testemunha era jovem e viu um pouco disso e o resto ouviu de seus pais e de outros homens velhos que falaram sobre isso. Esses eram fatos bem conhecidos...³⁹.

Nenhuma crônica européia precisou em termos tão explícitos a articulação dos senhores étnicos com o Estado. Outra testemunha mais velha que a primeira, chamada Xagua e com experiência em “servir” em Cuzco antes de 1532, explicou ao inspetor europeu que, quando o senhor local morria:

se ele tivesse um filho crescido, capaz de governar, ele não ousava assumir o governo sem antes ir pessoalmente a Cuzco, para receber a aqüiescência dos incas e o assento [*tiana*] para seu cargo; então o Inca o concedia. E se o filho era uma criança sem condição de governar, eles o levavam a Cuzco e em seu lugar indicavam um parente, o mais próximo do senhor falecido, para governar em seu lugar, e isso ele fazia enquanto vivesse e eles não o destituíssem...

Outra testemunha em idade avançada podia lembrar-se do período anterior ao domínio inca e se referia aos tempos

antes que os incas chegassem a essas terras. Quando um senhor morria, eles concediam a autoridade a outra pessoa que fosse corajosa, não a davam ao filho. Depois que os incas passaram a governar, ele ouviu falar que sucediam de pai para filho...

Nesse caso, as testemunhas confirmaram o que alguns escritores europeus também haviam registrado sobre a prática pré-incaica: uma mudança da “escolha do corajoso”, nos chamados *ahuca runa*, tempos militares, para uma maior rigidez nas linhas hereditárias⁴⁰.

As testemunhas do vale de Huallaga não entraram em detalhes sobre o censo que as autoridades de Cuzco realizavam em suas “inspeções”. Periodicamente, as famílias eram contadas e os resultados amarrados com nós ao registro quipo. Segundo Guaman Poma, os homens e as mulheres eram classi-

^{39.} Ortiz de Zúñiga, *La Provincia de León*, vol. II, pp. 45-49.

^{40.} John V. Murra, “La Visita de los Chupachu como Fuente Etnológica”, parte II: Las Autoridades Étnicas Tradicionales”, em Ortiz de Zúñiga, *La Provincia de León*, pp. 381-406.

ficados em dez grupos etários⁴¹. O censo era concomitante com o reconhecimento pelo Estado dos casamentos recentes: os novos casais entravam agora nas listas por direito próprio. Nenhuma pessoa solteira, qualquer que fosse sua idade, devia serviços pessoais de *mita*; ela ou ele eram incluídos como parte da família de alguém. Transformar o casamento, um rito familiar de passagem, num artifício político foi uma característica da ideologia política inca⁴².

Há indícios de que no final do período inca foi feito um esforço no sentido de ir além do princípio étnico, cujo reconhecimento havia regido as relações do Estado com suas unidades integrantes. Foi introduzido um vocabulário administrativo, vinculado ao arranjo decimal dos nós nas cordas quipo. Agora, os senhores étnicos e suas "províncias" podiam ser registrados no censo como tantos milhares, centenas e mesmo como grupos menores de família. Dizia-se que os senhores de Huanca governavam 28 unidades de mil ou *huaranca*; os de Lupaca, vinte. Xulca Condor, no Huallaga superior, registrava apenas três *pachaca* de cem famílias cada, enquanto o vizinho rio abaixo, Pahucar Guaman, afirmava ter governado quatro *huaranca*.

Não se sabe ao certo até que ponto esse esforço decimal ultrapassava a prática do censo, interferindo na administração efetiva dos grupos étnicos submetidos. Evidentemente, não havia dispositivos burocráticos que pudessem manter unidades sociais e étnicas dentro de padrões decimais rígidos. Quando o material de Huallaga foi liberado para estudo, foi possível utilizar os números casa-por-casa para mostrar que um *pachaca* correspondia a um grupo de cinco aldeias vizinhas⁴³. Mesmo em 1549, após uma resistência de dez anos aos europeus, as cinco registravam uma população de 59 famílias. Treze anos mais tarde, esse número voltou a crescer para um total de 75. Um estudioso sueco, Ake Wedin, vinculou o surgimento do vocabulário decimal às necessidades militares. Se isso for correto, seria de esperar que fosse usado com mais freqüência entre os aimarás, nos Andes meridionais. No entanto, descobrimos que é usado mais amplamente no norte, onde alguns acreditam que os incas tê-lo-i-am adaptado a partir de prática local⁴⁴.

⁴¹ Guaman Poma de Ayala, *Nueva Coronica*, pp. 196-236.

⁴² John V. Murra, *The Economic Organization of the Inka State*, Greenwich, Conn., 1955; reimpresso em 1980, p. 98.

⁴³ Gordon J. Hadden, "Un Ensayo de Demografía Histórica y Etnológica en Huánuco", em Ortiz de Zúñiga [1562], *La Provincia de León*, vol. I, pp. 371-380.

⁴⁴ John H. Rowe, "The Kingdom of Chimor", *Acta Americana*, México, 6(1-2): 26-59, 1948.

São vagas as informações sobre uma intervenção inca em questões da vida quotidiana local que poderia ter desafiado a autoridade. Uma testemunha afirmava que:

nas causas civis, se um havia invadido as terras de outro e esse reclamassem, quando o inca vinha inspecionar a região, ele investigava a questão e prestava assistência devolvendo a terra ao queixoso e punindo o invasor. O mesmo podia ser feito pelo senhor étnico na ausência do inca...

A última cláusula é sob alguns aspectos a mais importante. Muito antes dos incas, mas também hoje, o líder étnico nos Andes confirmava anualmente os direitos das linhagens e famílias às terras. Embora os representantes do Estado possam ter alegado que agiram quando foram chamados, segundo nossa visão do Estado inca as decisões locais sobre as parcelas agrícolas permaneciam em mãos étnicas.

De acordo com testemunhas do vale de Huallaga, Cuzco introduziu algumas limitações à autoridade do senhor étnico na decisão de questões de vida e morte. Em casos de assassinio, diz uma testemunha:

eles traziam o acusado à presença dele [do inca] e perante o senhor local, em praça pública, as testemunhas [...] descreviam o crime [...] e se ele tivesse assassinado mas houvesse uma explicação, eles não o matavam mas o puniam com chicotadas [...] e obrigavam-no a sustentar a viúva e os filhos...

Não é possível determinar a freqüência com que se realizavam tais viagens de "inspeção". O escritor andino Guaman Poma afirmou que ocorriam a cada seis meses: as testemunhas acima citadas, uma vez por ano. Se for verdade, tal freqüência teria exigido de Cuzco uma grande equipe de retaguarda, do que não há provas imparciais. Até onde é possível uma reconstituição, a política era decidida no topo e anunciada em reuniões públicas realizadas no *usno*, construído em cada um dos grandes centros administrativos de dimensões urbanas ao longo da estrada real. A implementação de qualquer política parece ter sido deixada nas mãos dos líderes étnicos locais familiarizados com o sistema, que decidiam a quem cabia a vez de servir a *mita* na execução de determinada tarefa. Foi dada como certa a capacidade da autoridade étnica de mobilizar e controlar grandes números de cultivadores, construtores ou soldados, e isso foi provado nos primeiros dias da invasão européia quando

Pizarro ou Benalcazar contaram com seus aliados para recrutar tropas e carregadores, sem os quais a invasão não teria tido sucesso.

A diversidade de tarefas abrangidas pela *mita* pré-hispânica era muito grande. Temos um relato, até agora único, datado de 1549, que afirma ter relacionado as tarefas que um único grupo étnico, relativamente pequeno, devia a Cuzco⁴⁵. Esse registro foi feito apenas sete anos depois que os chupaychos do vale de Huallaga foram colocados sob o domínio europeu. Os informantes ainda usavam o vocabulário decimal para descrever a organização local. Quando os interrogadores quiseram saber o que as “4 mil” famílias haviam “dado” ao Estado, Pahucar Guaman e seus pares responderam lendo um quipo de cerca de 25-30 cordas. É bastante provável que o registro esteja incompleto; os totais alegados parecem muito altos e não são confirmados por nenhuma outra fonte disponível. No entanto, a falta de uma amostra não nos deve impedir de usá-lo, se não quanto aos números citados, que podem simplesmente ter sido traduzidos de modo incorreto, pelo menos no tocante às categorias étnicas que os quipos utilizavam para agrupar tipos de obrigação. No início do período colonial, os tribunais europeus, mesmo as *audiencias* reais, aceitavam prontamente testemunhos sob juramento com base no quipo. Uma testemunha que chegou aos Andes como corneteiro de Pizarro relatou outro caso:

os índios deste país mantêm registros e contas das coisas que dão a seus senhores [...] usando o que chamam de *quipos*; tudo o que é dado [mesmo que] muito tempo atrás também está registrado lá. E essa testemunha sabe que os ditos *quipos* são muito precisos e verdadeiros, pois em muitas ocasiões diferentes a testemunha conferiu algumas das contas que havia feito com os índios, registrando coisas que eles haviam dado e lhe deviam e outras que ele lhes havia dado. Achou que os *quipos* mantidos pelos ditos índios eram muito precisos...⁴⁶

As duas primeiras cordas lidas em 1549 pelo contador de Pahucar Guaman estavam provavelmente fora de ordem; haviam-lhe perguntado se eles tinham minas e, se tinham, que dissesse quantos “índios” estavam “jogados” nas minas de ouro. A resposta foi três homens e três mulheres de cada *pachaca*, cem famílias; cada um servia por um ano.

45. Ortiz de Zúñiga, *La Provincia de León*, op. cit., vol. II, pp. 289-310.

46. Waldemar Espinoza Soriano, “Los Huanca Aliados de la Conquista [1560]”, em *Anales Científicos de la Universidad del Centro*, Huancayo, I:367, 1971-1972.

O encarregado dos registros tinha permissão para proceder da maneira que quisesse. Em primeiro lugar, ele relacionou oito obrigações devidas à coroa inca em Cuzco e fora dela. Devia-se enviar “quatrocentos índios” para a capital, a cerca de sessenta dias de viagem de suas casas, “para fazer muros”. Outros quatrocentos deviam plantar, produzindo alimento “para os ausentes”. Mesmo que se admita a possibilidade de que o número 400 se refira a ambos os sexos, mesmo 400 pares ou casais tirados de quatro mil famílias é uma porcentagem muito alta da população chupaycho total. Se todos os grupos étnicos enviassem a Cuzco efetivos tão altos, não haveria lugar, fisicamente, para ficarem. Uma saída fácil é admitir um erro na tradução ou na cópia, uma vez que o intérprete era um habitante local cuja aritmética em espanhol poderia não ser muito precisa. Pode muito bem ser que os quatrocentos pedreiros fossem os mesmos quatrocentos que realizavam o cultivo, pois muitas vezes as pessoas enviadas em suas tarefas de *mita* tinham de plantar o próprio alimento. Outra explicação seria admitir que os senhores tinham algum motivo para exagerar suas obrigações no período inca. Essas oito cordas incluíam também as pessoas que guardavam a múmia do rei Thupa; outros serviam em guarnições que enfrentavam o rebelde Extremo Norte.

As dez ou mais cordas seguintes referiam-se a obrigações executadas em lugares mais próximos da residência, dentro do território disperso que os chupaychos controlavam, no que é hoje o departamento de Huánuco. Elas abrangiam o pastoreio dos camelídeos do Estado, a tecelagem da sua lã e a coleta de “terrás e cores” para seu tingimento. Três cordas enumeravam a mineração de sal e a colheita de pimentas fortes e de folhas de coca. A corda 13 referia-se ao principal piso da região dos chupaychos, o largo leito do Pilcomayo, o rio hoje conhecido como Huallaga. Aqui o povo de Pahucar Guaman forneceu quarenta “índios” que:

guardavam os campos que eles [os incas] tinham por todo esse vale e o milho [colhido] seguia principalmente para Cuzco, mas também para os armazéns [no centro administrativo de Huánuco Pampa, a dois dias de viagem]...⁴⁷

Essa é a única referência no quipo a terras tomadas pelo Estado no território dos chupaychos.

47. Ortiz de Zúñiga, *La Provincia de León*, op. cit., vol. II, p. 306.

As cordas 17-20 constituem uma macrocategoria de hábeis artesãos que também haviam permanecido na região em que habitavam. Uma delas se referia aos batedores para a caça real, outra aos fazedores de sandálias, outra a "carpinteiros que fazem pratos e tigelas" nas áreas de madeira rio abaixo em relação às suas principais aldeias. Esse era também o piso em que se cultivava a folha de coca, mas as duas cordas que relacionavam essas tarefas não foram registradas no quipo de maneira contígua.

Com as cordas 21-24 retornamos a atividades vinculadas às instalações do Estado, exceto que essas se referem ao centro administrativo regional dos incas em Huánuco Pampa, a dois dias de viagem do vale de Huallaga. Aqui com muitos outros grupos étnicos da região — mas até o momento a pesquisa arqueológica não conseguiu determinar o raio de abrangência em que os "guardas" eram recrutados para esse grande centro de dimensões urbanas.

Outras oitenta famílias enviavam carregadores para transportar cargas pela estrada real. Apenas dois postos de parada estão relacionados, um deles a cinco dias de marcha no rumo sul, o outro a apenas um dia. As crônicas européias haviam relatado que os carregadores eram responsáveis por apenas um dia de transporte, mas estudiosos da rede de comunicações inca, como John Hyslop, duvidam dessa afirmação. Quarenta homens "mais velhos" eram designados para guardar "as mulheres do Inca" — as *acllas*, as mulheres "escolhidas" que teciam e cozinhavam para as tropas que passavam a caminho do norte.

A corda 25, a última que foi lida, leva-nos de volta ao vale onde residiam e praticavam agricultura: quinhentas famílias "plantavam e faziam outras coisas sem deixar sua região". Esse é o maior número individual registrado no quipo e se refere superficialmente ao mesmo tipo de tarefas que a corda 13. No vale o milho cresce bem; era uma importante colheita suntuária e ritual. A cerveja feita de milho era indispensável para os rituais e para a "generosidade" institucionalizada. Podemos admitir que os quarenta indígenas da corda 13, uma família de cada *pachaca*, eram os responsáveis por esse trabalho durante todo o ano, enquanto os 500 se revezavam no cultivo.

Todas essas muitas atividades, por mais diversas que sejam, podem ser classificadas como serviços de *mita*: na função de soldados, na agricultura, no trabalho de pedreiros, todos eles constituíam dispêndio de energia em benefício do Estado, devidos, em proporções diferentes, por quase todos os grupos étnicos incorporados por Tahuantinsuyo. Nenhuma dessas cordas

encerra a doação ou o "pagamento" de qualquer coisa com seus próprios recursos — se não contarmos as terras expropriadas inicialmente e agora cultivadas em benefício do Estado, da coroa e do Sol.

Havia, no entanto, uma exceção: as cordas 8 e 9 se referiam à "feitura de penas" e à colheita de mel. Eram produtos não-cultivados que eram cedidos (a quem?), em benefício de suas famílias, pelos jovens não-casados, como um produto secundário de seu pastoreio e de seu trabalho de batedor. É nesse sentido que "não havia tributo" na sociedade inca: os únicos itens em espécie efetivamente cedidos ao Estado eram fornecidos por aqueles que ainda não haviam constituído sua própria família, e os próprios objetos eram "crus", na dicotomia de Claude Lévi-Strauss. Nada de "cozido" era devido à autoridade, nada que tivesse sido cultivado ou manufaturado para a despesa do próprio indivíduo.

Que as rendas do Estado consistiam esmagadoramente de prestações em energia, de tempo gasto em benefício do Estado num grande número de empreendimentos, revela-se claramente no quipo dos chupaychos. Os melhores observadores europeus compreenderam isso: Cieza e Polo assinalaram esse fato enfaticamente e confrontaram esse encargo com os tributos em espécie exigidos das populações andinas na década de 1550. O próprio protocolo de inspeção de 1549 registra também o que os chupaychos agora davam a Gomez Arias de Avila, seu *encomendero*. Esse quipo é uma longa lista de sacos de folhas de coca, roupas acabadas, calçados europeus, telhas, alimentos e aves exóticas, devendo tudo isso ser enviado em espécie. Não poderia ser mais dramática a justaposição de páginas que registravam rendas geradas segundo princípios europeus e andinos.

A rápida expansão de Tahuantinsuyo através dos quatro mil quilômetros do que é hoje o Equador, ao norte, até o Chile e a Argentina, ao sul, realizada em menos de um século, gerou mudanças nas dimensões básicas e antigas da organização andina. Tanto os vínculos administrativos quanto os religiosos sofreram tensões. O governo indireto através dos senhores étnicos e dos santuários locais tornou-se mais difícil porque não podiam ter garantia de entendimentos comuns. A complementaridade ecológica funcionou melhor onde não havia mercados em grande escala; era mais fácil impor as rendas do Estado baseadas no serviço de *mita* onde as autoridades políticas regionais eram usadas para recolher essas rendas. No entanto, por volta de 1500 d.C., não se podia assegurar muitas dessas pré-condições.

Os exércitos de Cuzco viram-se em regiões temperadas ou equatoriais, pouco familiares, portanto, sob novas condições ecológicas. Por exemplo, ao norte de Cajamarca, no Peru, em lugar das condições de puna foram encontrados climas mais chuvosos e mais quentes onde não era possível viver a quatro mil metros de altitude; onde não se podia acumular reservas de chuño e charki congelados e secos; e onde a complementaridade ecológica, se e quando presente, era praticada em base menor e muito local.

Na puna, onde a população era mais densa, as trocas complementares permaneciam nas mãos do grupo étnico. O escambo e o comércio, se e quando presentes, eram marginais, pois as caravanas de um único grupo étnico ligavam o núcleo político e econômico aos distantes locais de trabalho que controlavam. Onde as distâncias eram menores e mínimos os contrastes, as trocas podiam permanecer nas mãos das famílias de agricultores, mas podem ter sido entregues a pessoas de fora, algumas delas comerciantes profissionais. Roswith Hartmann enfatizou que os padrões meridionais de "sem comércio, sem mercado" não se aplicavam a toda a Tahuantinsuyo⁴⁸; Udo Oberem e Frank Salomon mostraram que na região de Pasto-Carchi havia *mindalas*, especialistas em trocas a longa e média distância. Uma das mercadorias de luxo comerciadas era a folha de coca, cultivada no norte pelos habitantes das planícies que não eram colonos nas montanhas; foram também relacionados outros produtos pouco pesados mas de alto valor. Salomon sugere que esses comerciantes gozavam da proteção política de líderes étnicos do planalto e podiam dedicar todo seu tempo às atividades de troca⁴⁹.

Ao norte, Tahuantinsuyo deparou-se com maior resistência do que a que enfrentou em terreno mais familiar. A tradição oral dinástica registra a necessidade de "re-conquistar" repetidas vezes os territórios ao norte de Tumipampa, a atual Cuenca. Esses desafios militares presumivelmente estimularam os incas a fazer experiências primeiramente com soldados dos aimarás num sistema diferente da *mita*; somente doze anos antes da invasão européia é que também foram substituídos por ex-rebeldes locais, os cañaris, coopta-

dos para tarefas militares praticamente em tempo integral. Frank Salomon traçou os detalhes da expansão inca no norte e mostrou que a tentativa de impor as instituições sociais e econômicas do sul foi tardia e parcial⁵⁰.

As novas e grandes distâncias de Cuzco também tornavam difícil, senão impossível, aos *mitmacs* exercer seus direitos residuais de "arquipélago" em sua comunidade original. É possível que, por volta de 1532, as pessoas ainda fossem contadas no quipo de seu grupo original, mas, se ele agora estava distante demais e suas novas tarefas eram muito especializadas, elas tendiam a permanecer onde quer que fossem reassentadas. Mesmo a chegada e a vitória dos europeus não persuadiram alguns *mitmacs* a retornar a seus lugares de origem, com exceção daqueles originários de grupos étnicos das proximidades, como aconteceu com os "mil" tecelões do Estado em Huancané.

Outro fator que estimulou a fixação permanente longe de sua base étnica foram os privilégios concedidos a esses removidos. No vale de Huallaga, as inspeções de 1549 e 1562 registraram queixas dos recém-chegados e de seus descendentes nascidos no local, segundo as quais, logo depois da queda do regime inca, a população local havia retomado muitos campos que haviam sido expropriados em benefício dos *mitmacs*. E, no entanto, não há provas de que qualquer um dos queixosos tenha retornado a suas regiões de origem; simplesmente abandonaram a guarda das fortalezas que lhes havia sido determinada e se estabeleceram entre os nativos.

Waldemar Espinoza publicou registros de severas políticas incas de reassentamento impostas na região de Abancay⁵¹; uma grande parcela da população local foi deportada para algum outro lugar e suas fazendas concedidas aos *mitmacs*, alguns dos quais vindos de tão longe quanto o Equador atual. Medidas semelhantes foram tomadas ao longo da costa, onde os incas ocasionalmente haviam enfrentado séria resistência: as sociedades locais de irrigação foram deslocadas, uma parcela maior de terras no litoral foi tomada para uso do Estado, os habitantes da planície não foram admitidos no exército por falta de confiança e os templos do culto solar foram impostos. Não se sabe até que ponto os habitantes das montanhas interferiram no tráfego em janga-

48. Roswith Hartmann, *Märkte im alten Peru*, Bonn, 1986.

49. Udo Oberem, "El Acceso a Recursos Naturales de Diferentes Ecologías en la Sierra Ecuatoriana (Siglo XVI)", International Congress of Americanists, *Actes*, Paris, 1978, vol. IV; Frank Salomon, "Systèmes politiques verticaux aux marchés de l'empire inca", *AESC*, 33(5-6):967-989, 1978.

50. Frank Salomon, *Ethnic Lords of Quito in the Age of The Incas: The Political Economy of North-Andean Chiefdoms*, Cornell, 1978.

51. Waldemar Espinoza Soriano, "Colonias de Mitmas Múltiples en Abancay, Siglos XV & XVI: Una Información Inédita de 1575 para la Etnohistoria Andina", *Revista del Museo Nacional*, Lima, 39:225-299, 1973.

das, ao longo da costa, para as águas quentes do golfo de Guayaquil⁵², mas é pouco provável que não tenha sido afetado.

Os casos mais extremos de reassentamento realizados pelo Estado ultrapassam qualquer extensão concebível do princípio de complementaridade ecológica. Envolvem dois extensos vales, produtores de milho, em Yucay e em Cochabamba. Em ambos os casos, a população nativa foi deportada e novas pessoas foram trazidas⁵³. Aparentemente, não se fez qualquer esforço para apresentar esse reassentamento em termos ideologicamente aceitáveis; as regiões expropriadas eram extensas demais e as deportações demasiado completas para que pudessem ser explicadas em termos de "acesso a uma variedade máxima de recursos".

Em Yucay, que fica perto de Cuzco, o reassentamento esteve relacionado com fatores políticos: entre os transferidos para a região estavam os soldados que trabalhavam em tempo integral, cooptados entre os cañaris rebeldes no norte. É possível que sua dedicação em tempo quase integral às obrigações militares não tenha tido precedentes nos Andes, mas, como os charcas que eles haviam substituído apenas doze anos antes de 1532, os cañaris ainda eram recrutados junto às linhas étnicas e ainda deviam cultivar o próprio alimento quando em suas aldeias de origem⁵⁴.

No maior vale de cultivo de milho em toda a Tahuantinsuyo, Cochabamba a população local também foi expulsa, mas neste caso foi tomada uma medida sem precedentes para aumentar a produtividade das áreas cultivadas do Estado. No governo do rei Huayna Cápac, pouco antes da invasão europeia, o território recém-desocupado foi dividido primeiramente em quadrantes e cada um desses quadrantes em faixas que iam "de cordilheira a cordilheira". Cada faixa era atribuída a um grupo do planalto, de língua aimará, que vivia do lago Titicaca, no extremo norte, até o deserto de Atacama, no sul; os agricultores assentados não eram colonos *mitmacs*, mas sim *mitayucs* enviados temporariamente por turnos. Exceto por algumas carreiras de milho em cada quadrante destinadas à alimentação das *mita*

⁵². María Rostworowski de Diez Canseco, "Mercadores del Valle de Chincha en la Época Pre-hispanica", *Revista Española de Antropología Americana*, Madrid, 5:135-178, 1970; John V. Murra, "El Tráfico de Muelu en la Costa del Pacífico", em *Formaciones Económicas*, 1975.

⁵³. Nathan Wachtel, "Les mitimaes de la vallée de Cochabamba: la politique de colonisation de Wayna Capac", *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, 1980.

⁵⁴. Murra, "La Guerre et les rébellions", pp. 933-934.

(que envolviam não menos de treze mil agricultores e 2 400 depósitos locais), a maior parte do cereal colhido era enviada ao centro administrativo que os incas haviam erguido em Paria, no planalto, e de lá para Cuzco⁵⁵. A substituição do princípio de *mitmac* por um novo tipo de *mita* deve ter tido implicações ideológicas que até agora não foram desvendadas.

Outra mudança no final do período inca trouxe no fim das contas consequências de grande alcance: o surgimento de populações cuja filiação e contagem no grupo original foram interrompidas pelo Estado. Essas pessoas dedicavam tempo integral aos negócios do rei, e talvez até do Estado. Já foram mencionadas as mulheres *acllas*, "escolhidas" para tecer para o Estado e para o rei; Guaman Poma ouvira dizer que havia seis tipos de *aclla* com *status* e responsabilidades diferentes⁵⁶. Quase nada se sabe sobre sua organização interna, pois elas eram atraentes para os soldados europeus (que as identificaram a "freiras") e assim desapareceram quase imediatamente depois de 1532. Um equivalente masculino eram os *yanas*, que também foram removidos de suas aldeias de origem pelas autoridades. Ao contrário das *acllas*, formavam famílias; trabalhavam em tempo integral como artesãos, pastores e agricultores.

Há provas de servidores do período pré-incaico designados para as famílias políginas dos senhores étnicos. Uma autoridade menor no vale de Huallaga mencionou quatro desses *yanas* locais: um que vivia rio acima no vale principal, cuidando dos rebanhos do senhor; o segundo trabalhava rio abaixo, nos campos de folhas de coca; os outros dois viviam no mesmo povoado com seu senhor e atendia a seus múltiplos interesses. É possível que se trate de simples coincidência o fato de o número de seus *yanas* ser o mesmo que o de suas esposas⁵⁷.

A ideologia inca, tal como se reflete na tradição oral dinástica, afirmava, todavia, que os *yanas* eram uma inovação sua. Dizia-se que um "irmão" real, enviado para inspecionar o domínio e realizar um censo, teria removido do quipo algumas populações, esperando usá-las numa contestação dinástica contra o irmão reinante. A trama fracassou e da pele do irmão foi feito um tambor; as pessoas não registradas por ele também foram tratadas como rebeldes e deveriam ser mortas. Supõe-se que a rainha tenha impedido o

⁵⁵. Wachtel, "Les Mitimaes", *op. cit.*

⁵⁶. Guaman Poma de Ayala, *Nueva Coronica*, pp. 298-300 [300-302].

⁵⁷. Murra, "La Visita de los Chupachu", *op. cit.*

massacre sugerindo ao marido que os “rebeldes” poderiam ser aproveitados no trabalho em propriedades reais. Como o lugar onde isso aconteceu chama-se Yanayaco, os servidores foram daí por diante chamados *yanas* e às vezes *yanayacos*⁵⁸.

Observadores europeus relataram que essas populações ficaram “isentas” das obrigações étnicas e do parentesco, uma vez que na contagem não eram mais incluídas junto com seu quipo original. Embora muitos tenham afirmado que a sua condição de serviçal era hereditária, as provas disso não são conclusivas: uma das poucas menções a seu destino em relatos mais antigos e confiáveis afirmava que somente o filho do *yana* que fosse “apto” para esse serviço lhe sucederia no trabalho. Os outros presumivelmente retornavam a seu lugar de origem étnica. Há muita pressão sobre a prova no sentido de interpretá-la como se os *yanas* fossem escravos⁵⁹.

As tentativas de apresentar como privilégios o que na verdade eram novas e onerosas tarefas e mudanças de *status* foram provavelmente anteriores aos incas. O nome das *acllas*, perdidas para seus grupos étnicos e para seus maridos em potencial, provém de *acllay*, selecionar, escolher; o nome dos *yanas* é oriundo de *yanapay*, assistir completamente, ajudar alguém sem qualquer cálculo de retribuição. O servidor deportado devia encarar sua nova tarefa como uma variante do tipo mais altruísta e emocionalmente gratificante de deveres recíprocos⁶⁰. Não se sabe ao certo se alguém no Estado inca foi enganado por artifícios lingüísticos tão transparentes; há muita coisa acerca dessas populações de servidores que ainda desconhecemos. Uma das dimensões mais acessíveis de seu *status* e funções deveria ser a sua proporção em relação ao total da população. Embora a proporção seja aparentemente pequena (cerca de um por cento do total), não precisa ser esse o único aspecto a considerar. Se a tendência foi no sentido de crescimento e se seu *status* foi afetado por “rebeliões”, os *yanas* podem ter sido os precursores do futuro. Tahuantinsuyo em 1500 parece ter sofrido um processo de afastamento dos grupos étnicos relativamente autônomos que falavam suas pró-

prias línguas, adoravam os seus deuses e eram capazes de suprir, como grupo étnico, a maior parte de suas necessidades. Tudo isso seria afetado e, a longo prazo, ameaçado pelo surgimento de servidores em tempo integral⁶¹.

^{58.} John V. Murra, “Nueva Información sobre las Poblaciones Yana”, em *Formaciones Económicas*.

^{59.} Emilio Choy, *Antropología e Historia*, Lima, 1979. Sobre o debate em torno do modo de produção predominante em 1532, cf. os vários artigos reproduzidos em: Waldemar Espinoza Soriano (ed.), *Los Modos de Producción en el Imperio de los Incas*, Lima, 1978.

^{60.} Murra, “Nueva Información sobre las Poblaciones Yana”, *op. cit.*

^{61.} Para discussões ulteriores sobre as sociedades andinas antes da invasão européia, cf., neste volume, o trabalho de Wachtel, cap. 5, pp. 195-239.